

Ares 2 Participações S/A

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ares 2 Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ares 2 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 31 de maio de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Ares 2 Participações S/A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29	49
Impostos a recuperar		1	-
Total do ativo circulante		<u>30</u>	<u>49</u>
Investimentos em companhias	5	252.625	-
Total dos investimentos		<u>252.625</u>	<u>-</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>252.655</u>	<u>49</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	6	17	13
Obrigações tributárias		23	-
Total do passivo circulante		<u>40</u>	<u>13</u>
Patrimônio líquido	7		
Capital social		310.161	64
Ágio em transações de capital		(38.491)	-
Prejuízos acumulados		(19.055)	(28)
Total do patrimônio líquido		<u>252.615</u>	<u>36</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>252.655</u>	<u>49</u>

Ares 2 Participações S/A

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas Operacionais			
Administrativas e gerais	8	(1.402)	(27)
Pessoal		(70)	-
Despesas Tributárias		(34)	-
Outras Despesas		(55)	-
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	5	(17.546)	-
Resultado Operacional antes das Receitas Financeiras		<u>(19.107)</u>	<u>(27)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	84	1
Despesas financeiras		(4)	(2)
		<u>80</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(19.027)</u>	<u>(28)</u>

Ares 2 Participações S/A

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(19.027)	(28)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(19.027)	(28)

Ares 2 Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ágio em transações de Capital</u>	<u>Prejuízo Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	-	-	1
Aumento de capital social	6	63	-	-	63
Prejuízo do exercício		-	-	(28)	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		64	-	(28)	36
Aumento de capital social		310.097	-	-	310.097
Ágio em transações de Capital	5	-	(38.491)	-	(38.491)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.027)	(19.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		310.161	(38.491)	(19.055)	252.615

Ares 2 Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(19.027)	(28)
Itens que não afetam as disponibilidades		
Equivalência Patrimonial	5 17.546	-
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Adiantamentos	-	-
Impostos a recuperar	(1)	-
Clientes	-	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	6 3	13
Obrigações tributárias	23	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.455)	(15)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(11.700)	-
Integralização de Capital	(296.962)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(308.662)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	7 310.097	63
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	310.097	63
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(20)	48
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	49	1
No fim do exercício	29	49
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(20)	48

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1. Contexto Operacional

A Ares Participações 2 S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 09 de janeiro de 2017 sob a denominação de Stendera Participações S.A. com 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representativas em 100% do seu capital social.

Em 21 de novembro de 2017, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde a companhia Perfin Administração de Recursos Ltda. adquiriu 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da presente acionista Stendera Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia alterou sua denominação para Apollo 14 Participações S/A. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia passou-se a denominar Ares 2 Participações S/A

A Companhia tem por objeto social a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, da sociedade Mori Energia Holdings S/A. A Companhia possui o controle conjunta da Mori Energia Holding S/A.

A Mori Energia Holding S/A. é uma Companhia que detém participação por meio de suas controladas de ativos de micro e mini geração distribuídas de energia, com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Mori Energia Holding S/A, desenvolve e implementa projetos de Usinas de Micro e Mini geração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada direta ou indireta Mori Energia. A Mori Energia também atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam os ativos de geração implantados nas UFVs controladas, compartilhando os direitos econômicos destas UFVs entre si. Desta forma, os consorciados ou cooperados têm direito a uma parcela específica da energia gerada pela UFV, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada. A receita das UFVs é proveniente destes alugueres pagos pelos consorciados ou cooperados. A Mori Energia Holding S/A é remunerada por meio da distribuição de recursos advindos das UFVs controlada.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 15 de junho de 2020.

2.1. Investimentos

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

Os investimentos da Companhia na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a joint venture são eliminados em proporção à participação na joint venture.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa.

2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras

2.6. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

- CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

Vigente desde 1º de janeiro de 2019, requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração da Companhia não identificou contratos relevantes para que fossem reconhecidos ou divulgados nos termos deste pronunciamento.

- ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia avaliou a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	28	-
Bancos aplicações financeiras (a)	-	48
Total	29	49

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019

5. Investimentos

A movimentação do investimento durante o ano de 2019 foi conforme descrito abaixo:

Em janeiro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA e ingressou como acionista na Mori Energia Holdings S/A com a integralização de 6.654.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a controlar em conjunto à referida investida.

Conforme acordo de acionistas celebrado entre as partes citadas acima, uma vez que a Companhia passa a deter 50% do capital votante da Mori Energia Holdings S/A, através das ON's, os aportes residuais realizados pela Companhia seriam na proporção de 50% entre ações ordinárias e ações preferenciais, sendo a última sem direito a voto e participando igualmente na distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Em 2019, a Companhia realizou aportes na Mori Energia Holdings S/A, e passou a deter ao fim do exercício um total de 82.939.877 ON's, o que representa 89,56% das ações ordinárias e 92.608.451 PN's, o que representa 100% das ações preferenciais da investida. A participação da Companhia no Capital social ao findo exercício de 2019 é de 94,78%.

O mesmo acordo de acionistas, concede à Mori Gestão de Ativos S/A o direito a voto em matérias relevantes e o controle em conjunto, enquanto a mesma deter até 10% das ON's da investida. Em 31 de Dezembro de 2019 a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA detêm 10,44% de ações ordinárias da Mori Energia Holdings S/A.

Ágio nas transações de Capital da controlada

Refere-se ao ágio incorrido nas transações de capital da controlada em conjunto Mori Energia Holding S/A, conforme divulgado na Nota 7.

Descrição	Aquisição de investimento	Ágio na Aquisição	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Efeitos no Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2019
Mori Energia Holding S/A	11.700	7.884	289.078	(17.546)	(38.491)	252.625
	11.700	7.884	289.078	(17.546)	(38.491)	252.625

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado Exercício	Nº Total Ações/quotas	Ações/Quotas - Ares 2	Participação Societária %	Participação Societária %
							ON	PN
Mori Energia Holding S/A	610.037	308.328	2.632 -	18.947	185.216.902	175.548.328	89,6%	100,0%

6. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária os membros do conselho de administração não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios de 2018 e 2019.

7. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 325.000 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 325.000.000 ações ordinárias nominativas e o capital social integralizado é de R\$ 310.161 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 310.161.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
	2018	2019	
Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	64.200	325.000.000	100,00%
	64.200	325.000.000	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O prazo para a integralização das totalidades das ações é em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação do capital social:

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 15 de junho de 2018, a Companhia emitiu 63.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 por ação, todas subscritas nesta data, totalizando o aumento de capital de R\$ 63.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia passou-se a denominar Ares 2 Participações S/A e o capital social da companhia totalizou R\$ 64, e o capital autorizado foi de R\$ 300.000.

Em 16 de Janeiro de 2019, a companhia Perfin Administração de Recursos S/A, acionista única da Companhia, transferiu a totalidade das ações da Ares 2 Participações S/A para o fundo PERFIN ARES 2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA, que passou a ser o novo e único acionista da Ares 2 Participações S/A. Nesta mesma data a Companhia emitiu 60.000.000 (sessenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas ao preço de R\$ 1,00 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 60.000. O prazo para a integralização é até 30 de dezembro de 2022.

Em razão do aumento de capital realizado, a única acionista da Companhia aprovou o aumento de capital social autorizado da Companhia para R\$ 300.000 trezentos milhões de reais.

Em 11 de Julho de 2019, a Companhia emitiu 139.935.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 por ação, portanto, um aumento do capital social de R\$ 139.936, totalmente subscritas nesta data.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 08 de outubro de 2019, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 125.000, mediante à emissão de 125.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2019 o capital social da Companhia autorizado e subscrito totalizou R\$ 325.000.

A movimentação do capital social (valores expressos em R\$) está apresentada abaixo:

Descrição	Data	Ações	Capital social
Integralização de capital social	09/01/2017	1.200	1.200
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.200	1.200
Aumento de capital	15/06/2018	63.000	63.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018		64.200	64.200
Aumento de capital	16/01/2019	60.000.000	60.064.200
Aumento de capital	11/07/2019	139.935.800	139.935.800
Aumento de capital	08/10/2019	125.000.000	125.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019			325.000.000

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A companhia apurou prejuízos no exercício de 2019, não constituindo assim reserva legal.

Ágio nas transações de capital

Durante o exercício corrente, a controlada em conjunto Mori Energia Holding S/A efetuou a integralização de capital nas suas controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 161.178, R\$ 95.433 e R\$ 112.815, respectivamente, gerando ágio nas transações de capita, nos montantes de R\$ 17.721, R\$ 10.489 e R\$ 12.401, respectivamente.

8. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

Despesas Administrativas e Gerais	2019	2018
Serviços Advocatícios	(751)	-
Serviços de auditoria e consultoria	(134)	(25)
Serviços de consultoria de engenharia	(423)	-
Serviços de honorários em geral	(94)	(2)
Total	(1.402)	(27)

9. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados foram conforme descritos abaixo:

Descrição	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	84	1
Subtotal	84	1
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	(4)	(2)
Subtotal	(4)	(2)
Total	80	(1)

10. Contingências

Não eram conhecidas demandas judiciais, de riscos prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2019, bem como até a data da aprovação destas demonstrações contábeis.

As declarações de impostos de renda entregues durante os últimos anos poderão ser examinadas pelas autoridades fiscais. Os outros impostos e contribuições federais, estaduais e municipais poderão ser examinadas durante diferentes períodos de prescrição. No entanto, não é de conhecimento da Administração a existência de processos judiciais e administrativos relativos a 31 de dezembro de 2019 e de 2018, envolvendo a Companhia.

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin.

(i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da companhia.

12. Eventos subsequentes

(i) Aumento de capital na investida Mori Energia Holding S.A.

Em março de 2020, a Companhia realizou um aporte de capital na investida Mori Energia Holdings S/A no montante de R\$ 10.500.000,00 (Dez milhões e quinhentos mil reais), correspondente à emissão de 5.971.766 novas ações. A participação da Ares 2 totalizou 89,56% das ações ON's e 100% das PN's.

(ii) Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia vem causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais além de desencadear decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes na atividade econômica e por consequência nos negócios das empresas.

A Companhia avaliou esses impactos, porém, nesse momento, não identificou nenhum impacto econômico e contábil relevante em suas demonstrações financeiras do exercício vindouro que teve início em 1 de janeiro de 2020 e que se encerrará em 31 de dezembro de 2020.

Apesar de não haver impactos relevantes esperados para o período de 2020 na Companhia, as consequências da pandemia podem eventualmente ocorrer na direção de atrasos pontuais e temporários na energização de alguns projetos da investida Mori Energia S/A, por motivos de decretos municipais ordenando paralisações ou maior dificuldade de atendimento das obras inerente ao período de quarentena.

A frustração de geração de resultados na investida poderá ser sanada por meio de novos aportes de capital da Companhia na mesma, possibilitando a conclusão das obras de todos os projetos. Com isto, os eventuais impactos pontuais terão sido sanados dentro do período de 2020, sendo que a Companhia e sua investida se encontrarão dentro da normalidade até o final deste mesmo período de 2020.

* * * *

Catia Biscalquim
Controller
Contador - CRC 1SP234180/O-5

Ralph Gustavo Rosenberg
Diretor Administrativo Financeiro